

# Adiante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## CONTRA A CARESTIA DA VIDA SÓ HÁ UM CAMINHO: A LUTA PELO AUMENTO IMEDIATO DOS SALÁRIOS!

A vida das classes pobres está transformada num verdadeiro inferno com a louca alta do custo de vida. Cada dia as donas de casa, em especial as que têm a seu cargo famílias numerosas de trabalhadores, empregados e funcionários públicos, olham apavoradas a escala dos preços e os minguados recursos de que dispõem para fazer face as suas constantes oscilações para a alta.

Os produtores agrícolas queixam-se justamente da miséria que recebem pelos seus produtos e toda a gente pergunta onde está a máquina infernal que faz subir os preços no mercado para mais do dobro daqueles que são pagos ao produtor. É esta máquina infernal, superiormente comandada por Salazar, cria por sua vez um ciclo infernal na vida da nação:

Os preços sobem, os ganhos diminuem, os produtos não se vendem, o desemprego aumenta, as actividades produtoras caem na ruína, a fome cresce. E aí está a crise a bater em cheio a agricultura, a indústria e o comércio não monopolistas do país e a provocar a maior miséria dos trabalhadores e suas famílias, enquanto os monopolistas arrancam lucros de fábula.

Todo este ciclo infernal é o resultado da política económica do regime salazarista, do seu parasitismo corporativo que estrangula como um polvo a economia e a vida do povo e da nação.

Em especial, a política de congelamentos dos salários está na base da miséria das classes laboriosas e do próprio marasmo da economia nacional. Na própria burguesia nacional cresce a ideia de que não é possível progredir e vencer a crise sem uma rápida e substancial elevação do poder de compra das massas.

A elevação dos ganhos dos trabalhadores é tão premente que dela se fazem eco vários órgãos da grande imprensa diária e mesmo certas autoridades da baixa hierarquia do Estado.

Durante a campanha eleitoral Salazar prometeu a elevação dos vencimentos do funcionalismo público, silenciando completamente a situação dos operários industriais e agrícolas, dos empregados e outras categorias de funcionários como os municipais, corporativos, etc.

Pois bem, obrigamo-lo a cumprir a sua promessa e ao mesmo tempo lutemos para que todos os salários, jornas, vencimentos e ordenados sejam elevados de acordo com o aumento do custo de vida e numa percentagem maior para os ganhos mais modestos.

Entretanto, qualquer aumento será vão se não forem adoptadas severas medidas para sustar um novo aumento do custo de vida.

Diz «O Século» que o governo tem nas mãos a possibilidade de impedir tais aumentos, mas a verdade é que já se fala que o próprio governo vai elevar certos impostos e taxas duma maneira extraordinária e isso, a materializar-se, significará que será ele que toma a iniciativa duma nova subida dos preços que rapidamente anulará toda a melhoria nas remunerações dos trabalhadores.

O governo, como instrumento dócil dos monopólios, procurará, como sempre, responder com a demagogia mais descabelada a estas questões vitais do povo.

O fascista Manuel Anselmo, na resposta ao sr. Bispo do Porto, faz a defesa da política de salários de Salazar e diz clinicamente que depois da criação das corporações e da realização dos famigerados «planos de fomento», o salário vai mudar de nome... chamar-se-á «participação nos lucros» (!)

O demagogo Veiga de Macedo, o dos contratos colectivos da CP, dos corticeiros e de outros que em alguns casos baixaram ainda os

Salazar não pôde ignorar no seu discurso de 30-6-58, o mal estar provocado pela existência da censura, tão intensamente manifestado durante a campanha eleitoral, e viu-se na necessidade de arenar com a promessa de um «texto-legal que suprima, ou diminua as razões de queixa apresentadas.»

A manhosa promessa salazarista, não conseguiu, no entanto, confundir as razões, nem diminuir a apresentação das queixas: em vez disso, as queixas são cada vez mais numerosas e provêm de todas as origens.

Na imprensa, quase todos os jornais mais ou menos independentes, tomaram abertamente posição contra a censura, reclamando que se deixe «a todos os cidadãos esse direito indispensável à discórdância... como se promete o direito de louvar» («O Século» de 17-6-58), exigindo uma lei de imprensa «uma lei justa e humana... sem porias falsas nem alcapões, em que fixem os direitos e os deveres que nos incumbem» («Diário de Lisboa» de 22-8-58), recontendo que «registando-se na vida nacional tendências diversas... só há vantagens em que essas tendências e contra-tendências meçam à luz do dia o peso e o alcance, a força e o valor dos respectivos argumentos» («A Voz» de 19-6-58) e concluindo que «um dos melhores meios de promover a concórdia nacional e de fixar normas de perfeita convivência é o da liberdade de imprensa» («O Século» de 17-6-58).

ganhos dos trabalhadores, promete melhorias aos quatro ventos num afã de quebrar o espírito de luta dos trabalhadores.

Não há entretanto demagogia capaz de encobrir a realidade da vida das classes laboriosas do país. Em 1956 a cerca de 300.000 operários da indústria transformadora foram pagos salários médios de 17300 (cerca de 2 milhões e 224 mil contos nos 366 dias do ano) e só aos operários e empregados deste sector da indústria foram arrancados 449.000 contos para a «Previdência» e o «Desemprego».

Mas os monopolistas e os grandes financeiros arrancam lucros leoninos!

Só os 9 maiores bancos do país viram os seus lucros aumentarem de 84.039 contos para 277.687 contos de 1946 a 1957. Quer dizer um aumento de 230,4% em 11 anos! Será que os salários e vencimentos aumentaram na mesma proporção? Que as nossas donas de casa respondam. E isto é o que eles confessam...

(continua na 2.ª pág.)

A esta tomada de posição junta-se a imprensa das colónias, particularmente, a imprensa angolana pelas colunas dos seus mais conhecidos jornais que como «O Lobito» proclamam que «ao contrário do sistema actual, preferimos os riscos e as responsabilidades da Imprensa livre—única a dever considerar-se, realmente, (continua na 2.ª pág.)

## ILEGALMENTE

### O GOVERNO ADIA AS ELEIÇÕES PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA E LIMITA AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

No dia 30 de Setembro os jornais deram a conhecer novas arbitrariedades do governo que ferem profundamente não só os sentimentos do nosso povo como as suas ardentes aspirações de que uma renovação política encaminhe o nosso país para a legalidade, a liberdade e a pacificação da família portuguesa.

Um decreto-lei do Ministério do Interior adia as eleições para as Juntas de Freguesia sem sequer marcar qualquer outra data. Uma nota oficiosa do mesmo ministério limita profundamente as comemorações do 5 de Outubro.

Com tais disposições e continua-se a viver um regime de ilegalidades e de cerceamento das mais pequenas possibilidades de afirmação, dos desejos e aspirações populares.

Com o mais que estafado pretexto dos «elementos subversivos», o ministério do Interior afirma só serem autorizadas as comemorações do 5 de Outubro em Lisboa e, mesmo aqui, só permitindo a romagem ao cemitério, a deposição de flores no monumento a António José de Almeida e um jantar de confraternização.

É não se coíbe de afirmar que são estes os actos comemorativos «que habitualmente têm sido realizados em outros anos».

É evidente a mentira. Desde há

muitos anos para cá, sempre em Lisboa se têm realizado sessões, que agora são proibidas. E por todo o país, em muitas terras, sempre se realizaram romagens, jantares de confraternização, sessões e outros actos comemorativos.

Ante o desejo de comemorar pacificamente a gloriosa data do 5 de Outubro, é o governo que procura subverter, quer prendendo, como fez, um grupo de democratas que se reunira para assentar nessa comemoração, quer limitando cada vez mais os mais simples actos que congregam os sentimentos patrióticos e democráticos do nosso povo.

Porque sucede isto?

O governo vive horas difíceis, numa altura em que o descontentamento e a oposição à sua política atinge novas correntes e mina o seu próprio interior.

É pelo recurso à arbitrariedade, à sufocação dos anseios populares e à repressão que Salazar quer vencer a grave crise que atravessa.

É esta mesma razão que explica o decreto-lei sobre as Juntas de Freguesia. Apesar do regime de opressão existente, as próximas eleições, que se iriam realizar no mês de Outubro, abriam uma possibilidade de mobilização do descontentamento popular contra a política salazarista.

É isso que é preciso impedir, mesmo que seja necessário recorrer à pura ilegalidade, alicerçada em justificações ocas e sem sentido, como sucede com este último decreto-lei.

Quem subverte, isto é, quem prevete ou quem põe em estado de desordem, não são os que desejam fazer ouvir, pacificamente, a sua voz de cidadãos portugueses, escolher os seus representantes ou comemorar as datas históricas da nossa Pátria, mas sim quem prende arbitrariamente, quem impede a liberdade de opinião e de voto, quem restringe as comemorações patrióticas e populares.

Contra a subversão realizada pelo regime de Salazar, há que unir cada vez mais os cidadãos portugueses, pois estes serão capazes de impôr para o nosso País a ordem assente nas liberdades democráticas, a legalidade e a justiça.

É em defesa da legalidade que devemos protestar contra o adiamento das eleições para as Juntas de Freguesia.

É em defesa dos interesses do nosso povo que devemos exigir a marcação dessas eleições para breve e que devemos manter as comissões que se formaram para a defesa dos interesses locais e criar, por todo o lado novas comissões com esse objectivo.

A carta que o Sr. Bispo do Porto enviou a Salazar, que tem sido publicamente divulgada, é um documento de muito valor para se compreender a verdadeira situação política do país e se conhecer o pensamento político das forças que actuam presentemente na arena política nacional.

É hoje evidente para muitos dos que antes o apoiavam, que Salazar é um político fossilizado, falho de realismo, um mau timoneiro que não levará a porto de salvamento a nau esburacada do seu regime. O fenómeno da decomposição do salazarismo é perfeitamente visível para toda a gente e muitos homens atilados que duma forma ou doutra alinharam com Salazar sentem hoje a necessidade de tornar pública a sua actual posição de discordância do seu regime ou da sua política.

A carta do Sr. D. António Ferreira Gomes é mais uma indicação — e esta muito significativa — de que dentro da própria Igreja católica se desenha uma forte corrente de opposição a Salazar, dirigida por alguns altos dignitários, os quais se esforçam por desatrelar a Igreja do carro de derrota do salazarismo. Estes esforços só podem ter o pleno apoio de todos os anti-salazaristas sinceros.

Nós sabemos que Salazar tem contado até aqui com o forte apoio duma parte considerável e preponderante do alto clero, sabemos que a maior parte dos seus colaboradores e ele próprio se afirmam católicos convictos e fieis servidores de Deus e também que graças à protecção de Salazar certos elementos reaccionários da Igreja católica têm procurado influir na vida pública para além dos limites fixados à religião e num sentido contrário aos interesses do povo.

Mas fazemos distinção. Sabemos que no catolicismo a imensa maior

ria dos simples crentes nunca concordou com a política de expoliação do povo e de sufocação dos seus direitos e liberdades, seguida por Salazar. Sabemos que mesmo sacerdotes se mostraram sempre sinceros anti-salazaristas. Não esquecemos também as atitudes dos Srs. Bispos de Aveiro e de Coimbra, em defesa da Amnistia aos presos políticos, do Sr. Bispo de Beja, em defesa dos camponeses famintos do Alentejo, do Vice-Reitor do Seminário do Porto, contra a censura à imprensa e a de outros eclesiásticos que desejam manter laços com o povo.

Sempre afirmámos que não há entre nós, comunistas, e os católicos honestos, divergências fundamentais que nos impeçam de encontrar uma linguagem comum em relação aos grandes problemas nacionais da actualidade. Nas grandes lutas populares e nas greves políticas dos últimos meses, lado a lado com portugueses outras formações políticas e religiosas, ombreamos católicos e comunistas em defesa das liberdades democráticas. Nas fileiras do nosso Partido militam inúmeros trabalhadores católicos de quem nunca exigimos a abjuração das suas crenças religiosas.

Para nós existem hoje no nosso país duas contradições realmente relevantes. Nem a contradição que divide os portugueses em explorados e exploradores, em ricos e pobres, nem a que opõe Salazar e o seu regime de grandes financeiros e monopolistas a toda a Nação — e que é neste momento a contradição principal — são susceptíveis de opôr entre si os católicos e os comunistas como portugueses e como trabalhadores. Pelo contrário, há uma irmandade de interesses entre os trabalhadores católicos e comunistas, entre os anti-salazaristas crentes e não crentes, que apela fortemente à unidade para arredar Salazar do poder e para solucionar os problemas fundamentais do povo na hora presente.

Esta solidariedade de interesses não a inventámos nós nem a exibimos por especulação política — ela resulta da realidade politico-social dos nossos dias, da própria vida.

É por esta razão que valorizamos a carta do Sr. Bispo do Porto naquilo que ela representa de contributo político para a causa nacional anti-salazarista.

É claro que discordamos de alguns dos postulados do Sr. D. An-

tónio Ferreira Gomes. Há na sua carta afirmações que se filiam numa filosofia de classe alheia aos interesses das amplas massas trabalhadoras ou que não correspondem as exigências fundamentais do momento presente.

Apenas nos queremos referir a uma questão.

Os quatro pontos finais da carta constituem a reivindicação de permissão legal para a formação dum partido católico. Naturalmente que os católicos têm todo o direito de se organizarem em partido ou partidos políticos. Mas como a «negação da livre e honesta actividade política» se estende não só aos católicos mas a todos os cidadãos, parece-nos algo exclusivista colocar-se só a liberdade de formação de partido político para os católicos.

As discordâncias de que falamos não nos impedem, porém, de modo algum, de aplaudir a corajosa posição política do Sr. Bispo do Porto, que se coloca claramente ao lado dos que reclamam o direito à greve, e dos que criticam aspectos fundamentais da política de Salazar como o financeiro e o social. É ele que afirma categoricamente: «Temos de ser francos, talvez brutais, o corporativismo português foi realmente um meio de espoliar os operários do direito natural de associação, de que o liberalismo, em 91, os privara, e que tinham reconquistado, penosa e sangrentamente.»

A carta do Sr. D. António Ferreira Gomes abre o caminho para uma ampla unidade de vistas e de acção

entre os católicos anti-salazaristas e as restantes forças de opposição a Salazar.

Naturalmente que os cães raivosos do salazarismo, como os Manuel Anselmo, virão ladrar ao caminho e tentar cobrir de baba aqueles que abandonam e repudiam publicamente Salazar e a sua política.

Mas todos aqueles que sigam o corajoso exemplo do Sr. Bispo do Porto serão bem acolhidos pelo povo.

LIBERDADE PARA MIGUEL NUÑEZ E SEUS COMPANHEIROS

Vão ser julgados em Barcelona Miguel Nuñez e outros anti-franquistas, detidos durante as greves de Março. Não porque tivessem cometido qualquer delito, mas porque lutaram por um aumento de salários, contra a miséria e a fome que imperam nos seus lares, por um melhor nível de vida para todos os trabalhadores, expressando no mesmo tempo a sua solidariedade com os mineiros asturianos, em greve pelos mesmos objetivos.

A fim de lhes serem retirada todas as possibilidades de defesa, VÃO SER JULGADOS POR UM TRIBUNAL MILITAR, sendo-lhes negado o direito de nomear os seus advogados. Tamaña arbitrariedade provoca a indignação de todos os trabalhadores, de todas as pessoas honestas e de coração.

Os trabalhadores portugueses não podem ficar indiferentes perante uma tal injustiça.

Protestemos junto da Embaixada de Espanha, Estrada de Benfica 53, exigindo a liberdade de Miguel Nuñez e dos seus companheiros de luta e que o seu processo transite para a jurisdição civil e lhes sejam dadas todas as possibilidades legais de defesa a que têm direito.

GREVE NAS PEDREIRAS DE CASCAIS

Em resposta a uma decisão dos patrões de baixar os salários dos canteiros de 45 para 40\$00 e depois de várias reuniões em que participaram mais de 200 trabalhadores das pedreiras da região de Cascais, estes decidiram convocar uma reunião de delegados das pedreiras e os patrões para discutirem a sua situação. A esta reunião compareceram delegados de 18 pedreiras e apenas um patrão que concordou com a justeza das seguintes reivindicações dos operários: extinção das empreitadas; aumento de salários para os canteiros e cabouqueiros; aguços das ferramentas à custa dos patrões; construção de barracões nas pedreiras como defesa contra as inclemências do tempo; direito à reforma, a fê-

rias pagas e a 60%, do salário em caso de doença; Destas suas aspirações fizeram uma exposição ao ministro das Corporações. Os patrões aceitaram as 4 primeiras reivindicações mas como demorassem a cumpri-las, no dia 1 de Setembro, 50 operários de 3 pedreiras paralisaram o trabalho e em quase todas as outras houve concentrações junto dos patrões para que fossem atendidas de facto as reivindicações: Os patrões assim o fizeram, pagando 34\$00 aos cabouqueiros e 50 aos canteiros, mas apenas durante uma semana. Como protesto contra isto os 12 operários da pedreira de Manuel Brito Gordo paralisaram dia e meio. Este miserável patrão chamou a GNR e a PIDE que prenderam os 12 operários o que indignou toda a gente, até os outros industriais. A luta continua.

QUE SEJA ABOLIDA A CENSURA!

(continuação da 1.ª pág.)

Imprensa», um grupo de jornalistas de Angola que telegrafou a Salazar para pedir a abolição da censura.

Por outro lado, os escritores e artistas, os autores e empresários teatrais, toda a intelectualidade portuguesa de uma forma geral, não cessa de reclamar a supressão de censura e de atribuir à sua existência a decadência em que se afunda a cultura portuguesa. Enquanto o «Jornal de S. Paulo» insere nas suas colunas um texto reclamando a liberdade de expressão em Portugal, assinado por conhecidos intelectuais portugueses residentes no Brasil, como Rodrigues Lapa, Tomaz Ribeiro, Adolfo Casais Monteiro, Maria Archer e outros e João de Barros toma nova posição con-

tra a censura no «Diário de Lisboa», o grupo da revista «57», encabeçado por António Quadros, preconiza no número 5 desta revista, a «criação do Estatuto do Escritor, do Dramaturgo e do Cineasta, o qual se sobreporá a todas as instituições oficiais e empresas particulares nos domínios referentes à liberdade de expressão.»

Porém, aqui como noutros campos, o salazarismo só cederá pela luta e, por isso, torna-se necessário unificar este movimento por forma a que as vozes isoladas sejam reunidas num côro suficientemente poderoso para arrancar a Salazar a materialização desta aspiração tão profundamente desejada pelo nosso povo.

AMIGOS DO PARTIDO

AGOSTO DE 1953	Idem	241.00
Ajuda aos grevistas	Idem	20.00
Ajuda aos presos políticos	Idem	16.50
Algarve revolucionário (7)	Liberdade de presos políticos	100.00
Argélia livre C	Libertação de Georgette Ferreira	20.00
Aviação Democrática	Magalhães de Lima (7)	50.00
Benfica vermelho (6-7)	Maria Machado	150.00
Camarade Esteves (8)	Mira (2-3)	100.00
Comércio com o Leste	Paz e Democracia	100.00
Dnieper (7-8)	Para os teus camaradas A	500.00
Exército Ver.	Idem S	61.50
Força Armada Democrática	Stakanov (7-8)	100.00
Idem	Um Democrata sincero	500.00
Imprensa Revolucionária (8)	Unidade pela Amnistia	100.00
Kropotkine (8)	Uriubi (12)	100.00
Lénine	8 de Março	50.00
	TOTAL	3.474\$50

AUMENTO IMEDIATO DOS SALÁRIOS...

(continuação da 1.ª pág.)

Contra o aumento do custo de vida os trabalhadores só têm um caminho a seguir: lutar firmemente pelo aumento dos salários, jornas, ordenados e vencimentos.

A situação é favorável para esta luta e muitos patrões mostram uma compreensão deste problema atendendo os pedidos dos trabalhadores. O caso daquele industrial corticeiro de Vila da Feira que afirmou que o contrato colectivo há pouco aprovava nada os trabalhadores (ele próprio já pagava mais do que isso aos seus operários) mostra que em muitos casos se deve contar com essa compreensão duma parte do patronato. Mas, qualquer que seja a atitude dos patrões e do governo, será pela luta firme e massiva que os trabalhadores conseguirão ver aumentados os seus salários.

Todas as formas de luta devem ser postas em prática pelos trabalhadores. Por meio de exposições, concentrações nos Sindicatos, Casas do Povo, Casas dos Pescadores e junto do patronato, ou recorrendo à greve, é indispensável que todos, encabeçados por Comissões reivindicativas, se unam e prestem o seu apoio maciço a essas lutas.

Não há outro caminho, trabalhadores portugueses, para diminuir a fome nos nossos lares!

# A POLITICA MONOPOLISTA DE SALAZAR CONDUZ Á RUÍNA A INDÚSTRIA CORTICEIRA

A indústria corticeira e o seu comércio estão de novo a ser batidos em pleno pela crise. Quais são as suas causas?

A principal é a política monopolista de discriminação comercial praticada por Salazar, que permite e protege no país as manobras anti-nacionais de dois poderosos trustes americanos — a Armstrong Cork C.ª e a Mundet — que se entenderam para eliminar do mercado mundial os produtos de cortiça e promover a sua substituição por sucedâneos artificiais, de que são dos principais produtores.

A Armstrong e a Mundet controlam de facto o nosso comércio externo da cortiça e a última, por intermédio da «Isola», controla de facto toda a produção e comércio de aglomerados. Como se sabe, a cortiça é o nosso primeiro produto de exportação o que significa que a fatia maior do nosso comércio externo é dominada por estas duas empresas monopolistas americanas. Da cortiça vivem mais de 20.000 operários e algumas centenas de pequenos e médios industriais. A existência de mais de 50.000 portugueses está assim ao sabor destas manigâncias monopolistas.

As manobras da Armstrong e da Mundet conduziram a uma alta artificial dos preços da matéria prima e dos aglomerados no mercado mundial a fim de facilitar a concorrência dos sucedâneos artificiais que pouco a pouco desalojaram os produtos de cortiça. No próprio mercado nacional os industriais portugueses tiveram de adquirir a matéria prima aos preços ditados por aquelas empresas, o que os impediu de concorrer vantajosamente com elas no mercado mundial.

Por outro lado, com a discriminação no nosso mercado externo em relação aos países do Campo Socialista o rico mercado destes países não é amplamente aproveitado pelos nossos produtores de cortiça, o que facilita as manobras monopolistas daquelas empresas americanas e da Isola assegurando-lhes lucros fabulosos.

E agora aí temos o resultado desta política criminosa: os sucedâneos substituíram já numa grande medida os produtos de cortiça, embora não tenham as suas magníficas propriedades de isolamento, leveza, impermeabilidade e outras. Em consequência disto, a nossa indústria rolheira e a de discos, vegetam numa crise sem precedentes. Só na América, por exemplo, enquanto os sucedâneos eram apenas utilizados em 1955 em cerca de 40%, dos mais de 6 milhões de garrafas de vinhos vários, são-no agora em 70%, e as boias de pesca, que em 1955 eram quase exclusivamente de cortiça, são agora cerca de 90% em material plástico.

Não se pode impedir o progresso e a crescente aplicação dos sucedâneos, que em vários casos são mais vantajosos, mas uma política inteligente e, sobretudo, independente dos monopólios, teria possibilitado o desenvolvimento da indústria corticeira nacional e permitido assegurar o pão a tantos milhares de portugueses.

Não é ainda tardese os operários e os pequenos e médios industriais corticeiros e mesmo os grandes soubessem lutar pela libertação das garras monopolistas da Mundet e da Armstrong e pela liberdade de comércio com os países do Leste, obrigando o governo de Salazar a atender os verdadeiros interesses nacionais.

## QUE SE PONHA UM DIQUE À REPRESSÃO

Em cada vez maior a necessidade de desmascarar e de protestar contra a acção repressiva encabeçada pela PIDE.

Há que espalhar bem o que se passa mas, mais do que isso, há que dirigir às autoridades, desde as locais até ao ministro do Interior e Presidentes do Conselho e da República, protestos veementes contra as prisões e as torturas.

Se se soubesse esclarecer e atrair a tais protestos os companheiros de trabalho e as pessoas conhecidas de cada preso, bem como as pessoas de maior prestígio em cada local, os protestos e reclamações atingirão uma força capaz de impôr um dique à repressão.

Eis mais alguns cidadãos portugueses recentemente presos e maltratados pela PIDE.

**José Carreira** (operário da Marinha Grande) esteve de «estátua» durante 7 dias e não lhe permitiram dormir durante 10 dias.

**Severiano Pedro Falcão** (empregado de Alhandra) depois de 6 anos de prisão voltou há pouco a ser de novo encarcerado por simples retaliação da PIDE. Está incomunicável nas casamatas do Forte de Caxias onde não lhe têm dado mantas nem o tratamento que o seu débil estado de saúde reclama.

**Manuel da Costa** (operário da Refinaria do Ultramar — ex-Refinaria Colonial) tem sido espancado selvaticamente e encontra-se preso incomunicável.

**Rogério de Carvalho** (empregado de Seguros no Porto) depois de ter estado encarcerado perto de 5 anos, terminados ainda não há muito tempo, voltou a ser preso pela PIDE que o matém incomunicável já há meses.

**José Gomes** (operário da construção civil em Lisboa) tem também sido mantido incomunicável há vá-

rios meses. Sua esposa, que foi igualmente presa, embora se encontrasse tuberculosa, é mantida nos cárceres da PIDE juntamente com seus dois filhinhos de tenra idade.

Dezenas de operários agrícolas do Alentejo e de operários da Póvoa, Aloverca, Alhandra, e outras localidades, foram também recentemente encarcerados e submetidos às torturas da PIDE.

Nas prisões do Porto, Peniche, no Aljube de Lisboa, na Penitenciária e em Caxias centenas de portugueses, alguns com as penas cumpridas, estão em risco de ser assassinados e torturados como sucedeu ao operário poveense Raul Alves e outros. Numerosas mulheres patriotas sofrem diariamente os maus tratos da PIDE e de carcereiros sem escrúpulos. **Georgette Ferreira**, apesar de hospitalizada continua debaixo de prisão. Além da esposa do democrata José Gomes, estão ainda presas em Caxias **Maria Ângela**, (há mais de 5 anos), as irmãs **Maria Cecília** (presa há mais de 3 anos), e **Maria Fernanda Aida Magro, Ivone Dias Lourenço**, presa há cerca de um ano sem julgamento, **Olivia Lebre** e a jovem **Maria Amélia Alçada Padéz**.

Torna-se necessária a união de todos os portugueses de coração e a ajuda das pessoas progressistas de todo o mundo para que seja detida a cega repressão salazarista.

Apelamos para a acção de todos os democratas e anti-salazaristas portugueses, para as organizações católicas progressistas, para as organizações internacionais como a ONU, a Cruz Vermelha Internacional e a sua congénere portuguesa, as associações de antigos combatentes, de juristas, etc., para que se ponha um dique à repressão contra o nosso povo!

# A LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIOS ESTÁ NOBILIZANDO OS TRABALHADORES

de 40\$00 e a rectificação das categorias.

Em S. Domingos também mais de 70 mineiros que levavam 70 assinaturas de companheiros seus, falaram à Direcção do Sindicato expondo a necessidade da elevação dos salários pelo menos em 10\$00. Embora a Direcção do Sindicato procurasse defender os patrões (!), comprometeu-se a levar esse pedido à direcção da empresa.

Igualmente os corticeiros têm realizado concentrações junto dos Sindicatos do Seixal, Montijo, Barreiro e Almada, para aí apresentarem as suas reclamações de aumento de salários e 6 dias de trabalho.

Em Lisboa, os trabalhadores da Carris, por meio duma exposição que recolheu mais de mil assinaturas, levaram o Sindicato do Pessoal, bem como outros Sindicatos, a denunciar o contrato colectivo de trabalho. A reivindicação principal apresentada é a do aumento de salários.

Em outras empresas de Lisboa, como a Companhia dos Telefones, Sorefame, Alfredo Alves, etc., os trabalhadores lutam igualmente por aumento de salários.

Também em Belezão os operários agrícolas que trabalhavam para o Dr. Ferrão recusaram-se a aceitar a jorna de 20\$00. Embora o agrário tivesse chamado outros trabalhadores, em virtude de igual posição destes, foi obrigado a pagar 25\$00.

Em Oliveira de Azemeis, no Centro Vidreiro, houve um aumento geral de salários e em S. João da Madeira, na indústria de chapalaria houve um aumento quase geral embora insignificante pois foi de 1\$00 e 2\$00 por dia. A antiga reivindicação de aumento de 33\$00 para 40\$00 permanece pois de pé.

A elevação dos salários, que permita, à grande massa dos trabalhadores portugueses, sair do baixíssimo nível devida, da verdadeira miséria em que vivem e que o aumento constante do custo da vida tem vindo sempre a agravar, é, actualmente, a aspiração mais sentida.

Em todas as empresas, em todos os locais há que ouvir muito bem os nossos companheiros de trabalho, há que assentar, em reuniões, qual o aumento concreto que devemos pedir e há que, pelas formas mais adequadas para cada situação, levar por diante a justa luta por um aumento geral de salários.

## Liberdade para Álvaro Cunhal!

Álvaro Cunhal, o grande patriota português que o salazarismo mantém ilegalmente encarcerado, recolheu de novo à Penitenciária ainda mal restabelecido da operação cirúrgica a que foi submetido no hospital de S. José sob a vigilância odiosa da PIDE. A sua libertação é necessária para lhe defender a vida. Esse é o apelo que sobe da boca de todos os portugueses honrados e de muita gente progressista de vários países.

A campanha para a sua libertação deve ser intensificada, perto

duma centena de personalidades das mais representativas da intelectualidade portuguesa redigiram um apelo para o qual foram já recolhidas centenas de assinaturas. Este mesmo apelo foi agora secundado por mais de 700 destacadas personalidades da vida política e intelectual francesa.

A manutenção ilegal de Álvaro Cunhal na prisão é uma das maiores arbitrariedades do regime, uma das que mais fere o sentimento de justiça e humanidade dos portugueses.

Para que finalmente Álvaro Cu-

nhalseja libertado e possa regressar ao seio da sua família, torna-se necessário transformar este sentimento em acção e luta, que são as únicas formas de fazer escutar pelo governo as reivindicações populares.

Escrevei ao Governo, ao Presidente da República, às autoridades civis e militares, ao senhor Cardeal Patriarca e outras entidades religiosas protestando contra a prisão ilegal de Álvaro Cunhal!

Assinala em massa o apelo dos intelectuais portugueses para a sua libertação!

AVANTE PARA A CAMPANHA DOS MIL CONTIUS

# O FASCISMO NÃO PERDURARÁ EM FRANÇA

O facto consumou-se. Graças à divisão das forças democráticas francesas e à traição dos socialistas de direita, dirigidos por Guy Mollet, a França deu à ditadura militar de De Gaulle, instaurada em Maio último, a cobertura da legalidade que lhe permitirá encaminhar rapidamente o país para o fascismo.

Desde que o golpe dos generais facciosos da Argélia impôs De Gaulle aos franceses, a França vive praticamente sob um verdadeiro regime de terror fascista. A ditadura de De Gaulle começou com um acto significativo: Pôs o Parlamento em férias. Desde então sucedem-se na pacífica França os atentados contra as liberdades do povo francês, os crimes, os atropelos e ilegalidades dos gangsteres fascistas.

Sem dúvida que a vitória de De Gaulle no referendo de 28 de Setembro não representa apenas uma derrota para a Democracia francesa. A causa da Paz, da Democracia e da Liberdade em todo o mundo, em primeiro lugar da Europa, é rudemente atingida. Por detrás de De Gaulle manobram as mesmas forças sinistras que levaram ao poder Hitler, Mussolini, Salazar, Franco e todas as ditaduras fascistas que ensanguentaram os seus povos e o mundo. São o capital financeiro e a reacção internacional.

Mas os tempos mudaram. A correlação de forças alterou-se radicalmente a favor da Paz, da Democracia e do Socialismo. O Socialismo saiu do quadro dum só país e abrange hoje 12 países com uma população de mais de 900 milhões de seres. O sistema colonial do imperialismo desagrega-se cada dia e os imperialistas acumulam derrota sobre derrota nas suas aventuras contra a Paz. O país dos Sputniks é hoje a primeira potência nos domínios da ciência, da técnica e do valor militar. As forças sinistras da reacção e da guerra não têm qualquer perspectiva, jamais poderão fazer andar para trás a roda da história. As tentativas para instaurar o fascismo em França verificam-se no momento em que a burguesia colonialista francesa perdeu posições decisivas na Indochina, na Tunísia, em Marrocos; no momento em que enfrenta a luta heróica e firme do povo argelino pela sua independência. No próprio momento em que um referendo inconstitucional sancionou o im-

pulso para o fascismo da reacção francesa, uma nova nação dominada pelo colonialismo francês recobra a sua independência — a Guiné. Como justamente disse o camarada Thorez em Junho último, «*pode-se dizer que o complot gaullista contra a Democracia em França é o sinal, não da força da burguesia francesa, mas da sua fraqueza, porque ela se reconhece incapaz de assegurar mais tempo a sua dominação pelos métodos tradicionais*».

A fascização da vida francesa atinge directamente o nosso próprio povo. De Gaulle manteve a dissolução ordenada por Bour-gés-Manoury, a pedido de Salazar, sobre a legalíssima e antiga Federação dos Emigrados Portugueses, ordenou no jornal oficial a proibição da circulação em França do jornal português «O Militante». Ultimamente dois modestos operários portugueses foram abatidos selvaticamente pelas metralhadoras da polícia francesa e um terceiro só fortuitamente salvou a vida e isto só porque tinham a pele morena e os cabelos pretos como os argelinos a quem a polícia francesa abate ferozmente sem qualquer consideração. Salazar e De Gaulle saúdam-se, animam-se e animam-se, identificados no mesmo ideário fascista. De Gaulle enviou a Salazar um dos seus colaboradores mais próximos para lhe ouvir os conselhos duma larga experiência ditatorial e para o animar depois da verdadeira derrota que sofreu nas eleições de 8 de Junho.

Para Salazar o que vale é este apoio «*fraternal*» do ditador francês. Por isso não teve ele, nem nenhum dos membros do seu governo, o mínimo gesto de repulsa e de protesto contra o assassinato dos dois operários portugueses que emocionou todo o nosso país e a colónia portuguesa em França.

O povo português sente-se solidário com o povo da França, com a sua heróica classe operária, com o grande Partido Comunista Francês, campeão da Liberdade e da Democracia francesas.

Nós conhecemos na nossa própria carne o que significam 32 anos de dominação fascista na vida do nosso povo. Os nossos operários e camponeses sabem o que significa a exploração desenfreada do grande capital, os salários de miséria, a exploração de todos os seus direitos e liberdades. Os nossos intelectuais e cientistas sabem o que significa a mutilação do pensamento e da cultura, a sufocação das mais simples manifestações progressistas pelos mentores do regime fascista de Salazar. Sabemos tudo isso e queremos que o povo francês e todos os povos do mundo sejam poupados aos horrores do fascismo e saibam impedir a tempo o assalto da mais negra reacção às suas instituições democráticas.

Mas nós temos confiança no grande povo francês. Sabemos que ele destruirá o fascismo e reconduzirá o seu país às suas belas tradições de liberdade, de cultura e de Paz. Em especial manifestamos ao heróico Partido Comunista Francês a nossa certeza de que saberá conduzir o proletariado e o povo de França até que de novo brilhe sobre a terra francesa o Sol da Liberdade.

## SALUDAÇÃO AO XI CONGRESSO

Em Julho deste ano realizou-se o XI Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. Eis extractos da saudação endereçada pelo nosso Partido aos congressistas do Partido irmão.

Queridos Camaradas:

Em nome de todos os membros do P.C. Português, o C.C. do P.C.P. envia ao C.C. do P.C. da Checoslováquia e a todos os delegados ao XI Congresso do P.C. da Checoslováquia os melhores votos de um trabalho frutuoso do Congresso.

O P.C. da Checoslováquia, sob a direcção do seu C.C., constrói na Checoslováquia o socialismo e prepara-se para levar a cabo vitoriosamente esta edificação socialista. Isto demonstra claramente a estreita ligação com a classe operária e o povo, do trabalho do P.C. da Checoslováquia, o grande desenvolvimento das forças de produção colocadas nas mãos do povo, as profundas transformações revolucionárias na ideologia e na cultura da nova sociedade que edificais.

Nós, comunistas portugueses, ve-

## DO P.C. DA CHECOSLOVÁQUIA

mos no P.C. Chec. um grande exemplo de firmeza marxista-leninista a seguir. Bastaria para o demonstrar a firme posição adoptada pelo vosso Partido quando do assalto da contra-revolução lançada contra a República Popular da Hungria, e a luta que trava contra todas as formas de revisionismo actual.

O P.C.P., em nome da classe operária portuguesa, deseja que o XI Congresso seja coroado de sucesso. Acreditamos firmemente que o P.C. da Checoslováquia ganhará ainda maiores vitórias na terminação da edificação do socialismo e que ele continuará sempre fiel ao internacionalismo proletário.

Viva o XI Cong. do P.C. da Chec.!

Viva a amizade e a solidariedade entre o P.C.P. e o P.C. Chec.!

Viva a indivisível unidade do Movimento Comunista Internacional, com o glorioso P.C. da U. Soviética à cabeça!

Atch Jié Komunistiska Strana Československa! (Viva o P.C. da Checoslováquia!)

## OS CONGRESSOS DE PALUDISMO E MEDICINA TROPICAL E A POLÍTICA COLONIALISTA DE SALAZAR

No último mês tiveram lugar em Portugal os Congressos internacionais do Paludismo e de Medicina Tropical aos quais assistiram eminentes cientistas portugueses e estrangeiros.

A realização destes Congressos em Lisboa, a pedido do governo salazarista teve por evidente objectivo apresentar sob cores risonhas o odioso colonialismo português que foi amplamente desmascarado na ONU e perante a opinião pública internacional.

O estado sanitário das populações indígenas é incrivelmente baixo, sobretudo devido ao estado de sub-alimentação e fome crónica em que vivem. Estes são, de longe, os problemas de saúde mais importantes para essas populações e o salazarismo nada faz para resolvê-los. Pelo contrário, eles agudizam-se à medida que se tem intensificado a exploração desses povos. Só nas ilhas de Cabo Verde, cuja população sofre fomes periódicas, houve anos em que morreram de fome cerca de 20.000 indígenas.

Nos últimos anos, colocados em face do intensificar da luta dos povos coloniais pela sua libertação e sentindo perigar as suas posições colonialistas, o governo de Salazar tem recorrido a esforços desesperados para tentar iludir a opinião pública internacional e mascarar a verdadeira face da sua opressão colonial.

Com este fim mistificador verbas importantes foram atribuídas pelo Ministério do Ultramar para a realização de Congressos, conferências e reuniões internacionais.

É neste quadro que se situou a realização em Lisboa, dos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e do Paludismo onde se pretendeu ocultar as terríveis deficiências sanitárias e a falta de qualquer assistência médica eficaz aos povos das colónias portuguesas. A organização pertenceu ao Instituto de Medicina Tropical para o qual se construiu especialmente um edifício onde se realizaram já algumas sessões daqueles Congressos e em que se investiram mais de 20.000 contos em obras de fa-

chada, sem qualquer projecção séria no estado sanitário das populações coloniais.

Os fascistas procuraram nos 2 Congressos impressionar os cientistas estrangeiros com a exibição de temas científicos que não pensaram nunca aplicar na prática em defesa dos povos coloniais. Deles se serviram para tentar desvirtuar os fins humanitários a que a ciência e a cooperação médica internacional desejam dedicar-se.

Os comunistas e a gente progressista portuguesa aplaudiram a actuação do Instituto de Medicina Tropical se a sua actividade estivesse efectivamente voltada para a defesa da saúde dos povos coloniais e se outras medidas fossem tomadas para ajudar fraternalmente esses povos a conquistarem a sua independência e a libertarem-se das inúmeras doenças e epidemias que dizem ao seu filhos.

Eis algumas dessas medidas verdadeiramente profiláticas:

- Elevação substancial do seu nível de vida, permitindo-lhes resolver o problema fundamental das suas necessidades alimentares;
- Resolução do problema de habitações higiénicas para os nativos;
- Resolução dos seus problemas de abastecimento de águas e da construção de esgotos em boas condições sanitárias;
- Criação de condições de acesso em escala intensiva de elementos indígenas à educação e à profissão médicas;
- Criação duma assistência médica com hospitais, maternidades, médicos e medicamentos em número e quantidade suficientes.

Embora saibamos que a resolução destes problemas não será levada a cabo pelo regime colonialista de Salazar nem sem uma luta dura e difícil dos povos das colónias portuguesas, muito poderá ser feito naquele sentido se a esta luta se juntarem todos os portugueses progressistas, ciosos da liberdade e da independência de todos os povos sem considerações de raça ou de cor.

## PARA OS MIL CONTOS

Transp.	317.493\$50	Medicina Socialista	30.00
A aviação está com o povo	20.00	Milhões X Pão, Paz e cultura	20.00
Bento Caraca	1.000.00	Para os mil contos E	100.00
Casal Democrático	650.00	Idem	1.000.00
Clarinha	10.00	Por Angola	200.00
Construtor	500.00	Sputnik IV	40.00
Coupon 1.626	20.00	Um Alfandegário democrata	100.00
Idem 2.392 a 2.397	30.00	Um democrata	5.000.00
Coupon 2.493	5.00	Um grupo de democratas	270.00
Desportista Marxista	40.00	Um lavrador	2.000.00
Engenheiros patriotas	320.00	Um Médico comunista	1.000.00
Exército progressista	200.00	Vassiliev	50.00
Força Armada Democrática	70.00	1 coupon	500.00
Mokorenko	555.00	2 coupons	200.00
		TOTAL	331.503\$50

